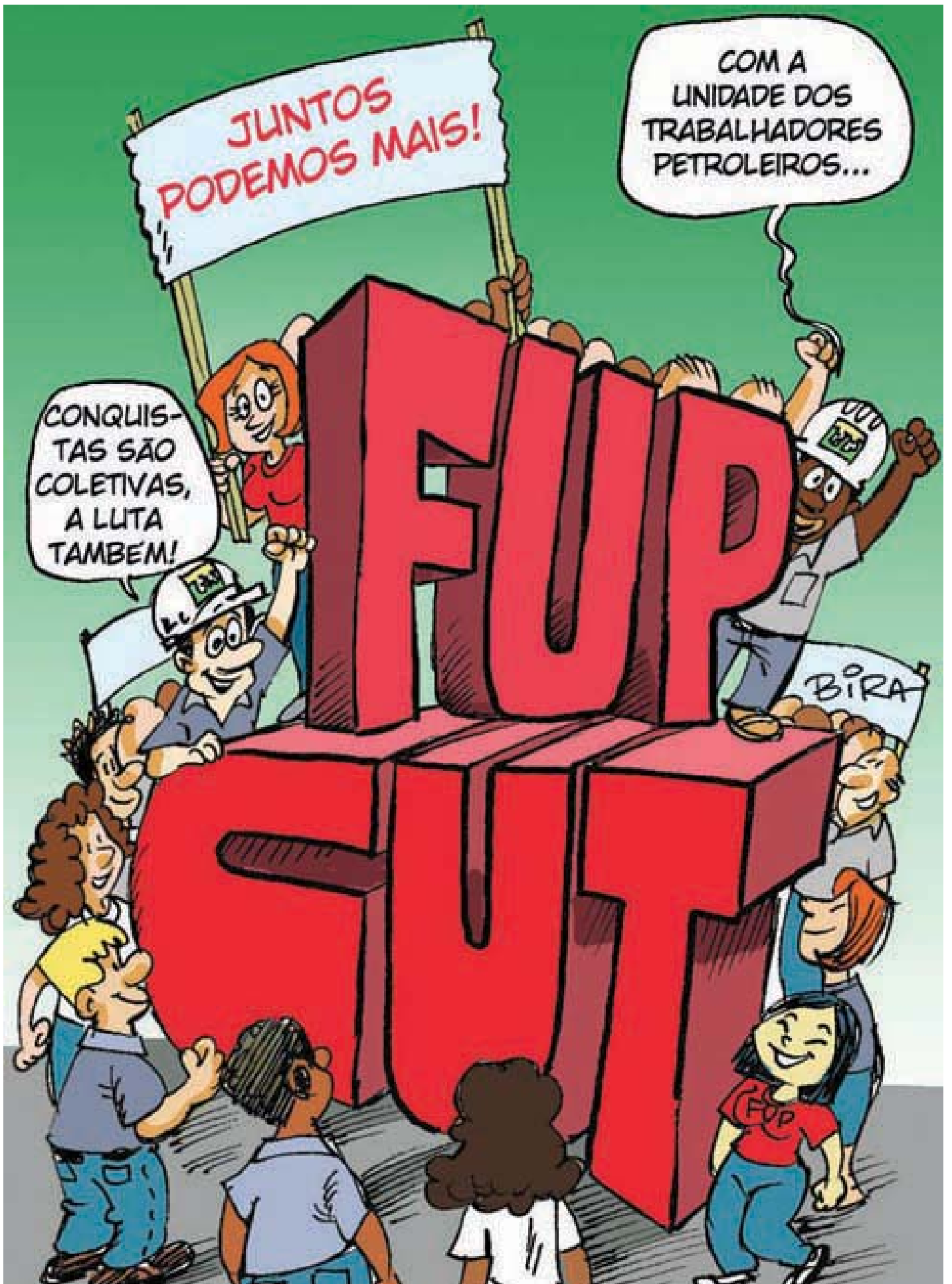


# 2009

EM REVISTA

Retrospectiva das lutas e conquistas dos petroleiros





# Unidade, a marca de 2009 e o desafio de 2010

O ano de 2009 ficará marcado para sempre na história dos petroleiros e terá reflexos importantes nas lutas futuras da categoria. Foi o ano que reafirmou a unidade como principal estratégia da classe trabalhadora e também o seu maior desafio. Petroleiros e petroleiras dos sindicatos da FUP e bases dissidentes construíram uma greve unificada e reverteram as punições na campanha reivindicatória, vencendo a disputa ideológica com as gerências da Petrobrás.



## Qual o balanço que você faz da campanha reivindicatória?

Certamente, foi a campanha mais difícil dos últimos tempos. Saímos de uma greve nacional com muitas punições na Bacia de Campos, base que tem sido o pilar de nossas mobilizações. A Petrobrás tentou se ancorar na crise econômica mundial para não avançar nas conquistas, mas não alcançou seu objetivo. Além disso, tínhamos as demandas da

A aliança com os movimentos sociais resultou na apresentação ao Congresso Nacional do projeto de uma nova Lei do Petróleo, que unifica as propostas dos trabalhadores, estudantes e entidades populares. A defesa da soberania tomou novamente as ruas do Brasil, unindo os movimentos nacionalistas e partidos de esquerda em uma campanha que prosseguirá e se fortalecerá em 2010. Petroleiros e trabalhadores rurais estiveram, lado a lado, à frente desse processo, unificando militantes do campo e da cidade, na luta

por um país com justiça social e para que o pré-sal seja de fato do povo brasileiro.

Nas páginas seguintes dessa revista, você lembrará as principais lutas e conquistas dos petroleiros em 2009, constatando a importância histórica desse ano na reconstrução da unidade da classe trabalhadora. Na entrevista abaixo, o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, faz um balanço das campanhas da categoria e aponta os desafios para 2010.

negociação do regramento das PLRs futuras e da luta por uma nova Lei do Petróleo. Soma-se a esses fatores, o quadro de divisão da categoria, desde a saída dos sindicatos dissidentes da FUP, o que tem fortalecido a Petrobrás no embate com os trabalhadores. Apesar das dificuldades de mobilizações, driblamos as armadilhas impostas pela Petrobrás, indicando paralisações surpresa, atrasos e operações padrões, suspendendo emissões de PTs (Permissões de Trabalho), que pressionaram muito as gerências.

## A anistia das punições foi uma vitória importante...

A categoria acertou quando na I Plenafup definiu que a prioridade da campanha seria a resolução das punições, pois, se deixássemos os nossos lutadores na berlín-

da, não conseguiríamos nos reorganizar e enfrentar as próximas batalhas que certamente teremos pela frente. Na greve de maio de 1995, levamos dez anos para resolver a situação dos punidos e demitidos. Portanto, foi uma grande vitória termos conquistado nove meses depois a anistia dos punidos da greve de março, nove meses depois.

## Como que a FUP desenvolveu paralelamente três campanhas tão complexas, como a negociação do Acordo Coletivo, o regramento das PLRs futuras e ainda a luta por uma nova Lei do Petróleo?

Agimos com muita estratégia. A categoria aprovou nas assembleias de base que a prioridade seria a campanha do petróleo, mas a direção da FUP sabia



que não podia deixar a campanha reivindicatória de lado, pois o Acordo em negociação valeria por dois anos. Assim, dividimos a direção da FUP em dois grandes grupos. Dos 14 diretores, sete coordenaram a campanha reivindicatória e do regramento da PLR, e os outros sete diretores ficaram encarregados de dar sequência à campanha por uma nova lei do petróleo. O curioso é que alguns diretores tinham receio de que essa forma de agir poderia esvaziar a campanha reivindicatória e o que ocorreu foi justamente o contrário. O protagonismo da categoria e da FUP na discussão da Lei do Petróleo é que nos credenciou enquanto atores políticos nos enfrentamentos que tivemos durante a negociação com a Petrobrás, como, por exemplo, a reversão das punições. A FUP envolveu a sociedade no debate da soberania nacional, através de mobilizações de rua, nas palestras nas Universidades, nas Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e tantos outros fóruns, além da disputa no Congresso Nacional, debatendo e defendendo o projeto dos movimentos sociais.

### **Como está a tramitação na Câmara e no Senado da proposta da FUP e movimentos sociais para a nova Lei do Petróleo?**

Na Câmara dos Deputados, o nosso

projeto (PLC 5831/2009) foi rejeitado pelo deputado Henrique Alves (PMDB-RN), relator da Comissão Especial que discutiu o projeto do governo federal de contrato de partilha para o pré-sal. Aguardaremos o momento oportuno para reapresentar o projeto novamente na Câmara. Já no Senado Federal, o nosso projeto (PLS 531/2009) está tramitando normalmente e poderá apensar ou ser apensado ao do Executivo, quando for apresentado na Casa, após aprovação na Câmara, o que está previsto para acontecer no início de 2010.

### **O que a FUP e os movimentos sociais propõem para a distribuição dos recursos financeiros que serão gerados a partir do pré-sal?**

A FUP e os movimentos sociais defendem que todo o excedente gerado pelo petróleo seja aplicado para a resolução definitiva dos problemas sociais. O Fundo Social Soberano que propomos, além de ter controle da sociedade, será voltado para o combate à pobreza, através de investimento em áreas estratégicas, como saúde, educação e reforma agrária, além do desenvolvimento de fontes de energia limpas e renováveis.

**A** disputa pela nova Lei do Petróleo continuará pautando a FUP e seus sindicatos em 2010.

Permaneceremos empenhados para que a proposta dos movimentos sociais seja o balizador de uma nova legislação que garanta a soberania popular sobre o estratégico setor de energia e petróleo

### **Quais serão os maiores desafios para a categoria petroleira em 2010?**

A disputa pela nova Lei do Petróleo continuará pautando a FUP e seus sindicatos. Permaneceremos empenhados para que a proposta dos movimentos sociais seja o balizador de uma nova legislação que garanta a soberania popular sobre o estratégico setor de energia e petróleo. Também continuarão em pauta nas nossas lutas as questões corporativas da categoria ainda não resolvidas no âmbito do Acordo Coletivo, como aposentadoria especial, pendências do PCAC, extraturno pleno, assim como a definição dos critérios e parâmetros das PLRs futuras, conforme a proposta aprovada pelos trabalhadores em assembléias. As eleições gerais serão também um momento importante de atuação da nossa militância, pois sabemos que será fundamental no processo de disputa da hegemonia na sociedade elegermos políticos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora. A nossa categoria aprendeu, com anos de organização e lutas, que o processo eleitoral é um divisor de águas entre vitórias e derrotas para a classe trabalhadora. Outra questão que deve balizar a nossa atuação é a busca incessante da unidade entre os trabalhadores, questão essa que foi abalada pelos sindicatos que se desfiliam da FUP e que lutaremos até trazê-los de volta.

# O petróleo tem que ser nosso e será!



O ano de 2009 selou a unidade dos movimentos sociais na luta pela soberania nacional. A FUP e seus sindicatos articularam com as centrais sindicais e a Coordenação dos Movimentos Sociais a construção de uma agenda unitária de lutas e proposições para mudar a Lei do Petróleo e garantir o controle estatal e social sobre este estratégico recurso. O MST e a UNE tiveram papel preponderante, assim como o Sindipetro-RJ, que, apesar das divergências políticas com a FUP, soube priorizar a unidade na campanha "O petróleo tem que ser nosso".

Além da construção conjunta de um projeto de lei que foi apresentado à Câmara dos Deputados Federais e ao Senado, a FUP e os movimentos sociais levaram essa luta para as ruas e fizeram repercutir o debate nacional sobre a importância da estatização do petróleo e da Petrobrás 100% pública e com compromisso so-

cial. O monopólio estatal do petróleo deixou de ser utopia e transformou-se em bandeira de luta de trabalhadores, estudantes e organizações populares em manifestações, marchas, audiências públicas e pa-

lestras por todo o país. Os congressos e plenárias realizados em 2009 (MST, CUT, CNQ, CTB, CGTB, UNE, UBES) ressaltaram a importância dessa disputa na sociedade, referendando o projeto de lei construído pela FUP e movimentos sociais.

A FUP e seus sindicatos organizaram passeatas e manifestações de rua, participaram de fóruns de discussão com estudantes, audiências públicas com parlamentares, reuniões institucionais com a CNBB, OAB e ABI, palestras e debates com vários setores da sociedade e tantas outras atividades que se multiplicaram através de comitês regionais criados em vários estados do país. No campo e na cidade, no interior e na capital, a luta pela soberania ganhou o Brasil e apontou que o petróleo é um patrimônio público estratégico para o resgate da dívida social.



# Para que Tupi represente uma nova era, o pré-sal tem que ser do povo brasileiro

Matéria da edição 892 do boletim Primeira Mão - 08/05/2009

“É a segunda independência do Brasil”, enfatizou o presidente Lula, ao discursar sobre o pré-sal, durante a solenidade que marcou o início do Teste de Longa Duração do campo de Tupi, no Dia do Trabalhador. O primeiro óleo extraído do pré-sal foi exibido como um troféu pelos presidentes da República e da Petrobrás, passando de mãos em mãos entre ministros, diretores da empresa, trabalhadores, artistas, atletas e várias personalidades que participaram do evento batizado de “Ano I de uma nova era”.

O coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, destacou as lutas históricas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora para criar a Petrobrás, defender o monopólio estatal do petróleo e impedir a privatização da empresa. “Essa luta continua. Temos agora o desafio de garantir que o pré-sal seja do povo brasileiro e não do capital privado, como querem as multinacionais”, ressaltou.

Sem dúvida, o início dos testes de produção em Tupi (que até o final de 2010 processará diariamente 100 mil barris de óleo e quatro milhões de metros cúbicos de gás) é



um momento histórico e simbólico para a sociedade brasileira e os petroleiros, cujas lutas em defesa da soberania e contra a privatização da Petrobrás foram fundamentais para garantir ao país a descoberta do pré-sal. Mas, para alcançarmos a “segunda in-

dependência” a que se referiu o presidente Lula e iniciarmos uma nova era, é preciso que o pré-sal seja de fato e de direito do povo brasileiro. Isso só ocorrerá se garantirmos o controle estatal e social sobre a exploração e utilização desta riqueza.

## Luta pelo petróleo toma novamente as ruas do país!

Matéria da edição 897 do boletim Primeira Mão - 11/06/2009

A campanha “O petróleo tem que ser nosso” tem tomado as ruas do país, unindo trabalhadores, estudantes e movimentos sociais na luta pelo controle estatal e social deste recurso e por uma Petrobrás 100% pública. O ato do dia 21 de maio, no Rio de Janeiro, se multiplicou pelo Brasil afora, mobilizando a sociedade para a necessidade de uma nova legislação que garanta o investimento dos recursos gerados pelo petróleo em políticas públicas sociais, como reforma agrária, habitação popular, educação, saúde, saneamento básico, entre outras.

A luta por uma nova lei do petróleo já é prioridade na agenda das centrais sindicais e dos movimentos estudantis e

sociais, como a UNE e o MST. Estamos protagonizando um movimento semelhante à campanha “O petróleo é nosso”, que mobilizou estudantes, trabalhadores e intelectuais nas décadas de 40

e 50, abrindo caminho para a criação da Petrobrás e todas as conquistas que o monopólio estatal do petróleo trouxe para o Brasil, entre elas a auto suficiência e a descoberta do pré-sal.



# Proposta dos trabalhadores para controle estatal e social do petróleo é projeto de lei na Câmara e no Senado

Após mais de uma década de resistência contra o projeto neoliberal de privatização da Petrobrás e contra a entrega do petróleo às empresas privadas, os trabalhadores pautaram no Congresso Nacional a luta pela retomada do monopólio estatal. As propostas defendidas pela FUP e movimentos sociais para a nova lei do petróleo foram unificadas em um anteprojeto aprovado em agosto pela categoria petroleira e entidades envolvidas na campanha nacional de defesa da soberania.

No dia 27 de agosto de 2009, a proposta dos trabalhadores começou a tramitar na Câmara dos Deputados Federais como Projeto de Lei 5891/2009, subscrito por 24 parlamentares. A proposta dos movimentos sociais também foi apresentada pela FUP ao Senado, no dia 26/08, como sugestão legislativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. No dia 11 de novembro, durante audiência pública com cerca de 500 trabalhadores e estudantes, a Comissão do Senado aceitou a proposta, transformando-a no Projeto de Lei 531/2009.

Os projetos de lei construídos pelos movimentos sociais vão além do que propõe o Executivo através das novas regras para a exploração do pré-sal que foram enviadas ao Congresso Nacional. Apesar de superar o modelo privatista de concessão herdado do governo FHC, os projetos de lei do governo federal não garantem o controle integral do Estado sobre todo o petróleo e gás do país, como defendem os movimentos sociais.

Nos PLs 5891/2009 e 531/2009, apresentados na Câmara e no Senado, respectivamente, os trabalhadores resgatam os principais pontos da Lei 2004/53, que criou a Petrobrás e estabeleceu o monopólio da União sobre o setor, e contempla reivindicações históricas dos movimentos sociais, como a transformação da Petrobrás em uma empresa 100% estatal e pública; a destinação social dos recursos gerados pelo petróleo, através de um Fundo Soberano com controle social; a retomada dos blocos petrolíferos que já foram leiloados, entre outras.



# O futuro da Nação em jogo!

Editorial da edição 908 do boletim Primeira Mão - 04/09/2009



Após um ano de debates e disputas na sociedade - os movimentos sociais defendendo o monopólio estatal do petróleo e os empresários querendo a manutenção da Lei 9.478/97 que desregulamentou o setor - o presidente Lula propôs ao Congresso Nacional novas regras que alteram a atual legislação. A proposta do governo amplia o papel do Estado e se contrapõe ao projeto entreguista implantado pelos tucanos, mas, apesar dos avanços, ainda não é suficiente para garantir que este estratégico recurso natural seja de fato um bem público utilizado em prol do povo brasileiro.

Temos, portanto, muita luta pela frente, mas já estamos colocando em xeque as práticas neoliberais e privatizantes que FHC e seu partido PSDB impuseram ao país, ao longo destes 12 anos de existência da Lei 9.478/97. Com o apoio do DEM e de outros

partidos que hoje estão na oposição, eles quebraram o monopólio da Petrobrás, entregaram o petróleo e gás do país às multinacionais através de leilões, fragmentaram o Sistema Petrobrás, tentaram privatizar as refinarias (chegaram a vender 30% da Refap), cortaram investimentos estratégicos no setor de exploração, reduziram metade do efetivo de trabalhadores, desmontaram áreas de pesquisa, afundaram a P-36, causaram derramamentos de petróleo sem precedentes no Brasil, tentaram o golpe da Petrobrax, entre outras atrocidades.

O projeto da direita, assim como hoje, era privatizar a Petrobrás e só não seguiu adiante no governo tucano porque os petroleiros e a sociedade brasileira reagiram e resistiram. O PSDB está, inclusive, buscando apoio de uma empresa de Houston, nos Estados Unidos, para

assessorar os senadores tucanos na CPI que ataca a Petrobrás. A empresa que está sendo sondada pelo partido é a mesma que presta serviços para os concorrentes da Petrobrás! Portanto, como já estamos assistindo no Congresso e na mídia, os liberais farão de tudo para que o pré-sal, a maior reserva de petróleo descoberta no mundo nos últimos 30 anos, seja explorado sob o manto privatista da atual legislação do setor.

Estamos diante de um momento único e decisivo para o futuro do país. A Nova Lei do Petróleo está diretamente ligada ao projeto de país que sonhamos para nossos filhos e netos. É este Brasil que construiremos para as próximas gerações. A hora é de ampliar a luta e fortalecer a unidade dos trabalhadores e movimentos sociais em defesa da soberania nacional.



# Lei do petróleo e condições de trabalho: o futuro da categoria tem tudo a ver com isso!

Editorial da edição 906 do boletim Primeira Mão – 21/08/2009

Lutar por uma nova Lei do Petróleo é defender a soberania do país e também o futuro das gerações de trabalhadores que transformarão esta riqueza em bens sociais. Se o cenário daqui a dez anos permanecer sem grandes alterações na legislação, as empresas privadas dominarão o setor, explorando o pré-sal com objetivos meramente capitalistas. Sabemos muito bem como atuam estas corporações na relação capital x trabalho. O lucro do petróleo é só o que lhes interessa, pois não têm o menor compromisso social, nem com o país e, menos ainda, com os trabalhadores.

Vide a batalha que a FUP e seus sindicatos travam nas negociações com as empresas privadas. Mesmo com toda a capacidade de organização e luta dos trabalhadores, inclusive greves, os acordos alcançados continuam sendo inferiores aos praticados no Sistema Petrobrás.

**ACT x privilégio** – As reservas mapeadas do pré-sal apontam que o país poderá vir a ter na próxima década três vezes o atual quadro de trabalhadores no setor petróleo. Se isso acontecer sob o cenário da atual Lei do Petróleo, o ACT da Petrobrás pode tornar-se “privilégio de uma minoria” e, portanto, ser alvo de ataques. Somente com uma legislação que estabeleça o controle estatal e social do petróleo, é possível garantir um futuro melhor para o povo brasileiro e condições dignas de trabalho para as próximas gerações de petroleiros. Se a categoria perder esta chance histórica, colocará em risco, não só o desenvolvimento do país e a própria Petrobrás, como, também, os direitos conquistados pelos trabalhadores a duras penas.

**Direitos em risco** – Os petroleiros devem continuar sendo protagonistas desta luta, como fizeram nas últimas décadas, quando se mobilizaram con-

tra a privatização da Petrobrás e os ataques dos governos neoliberais. O governo tucano de FHC não só impôs prejuízos imensos à Petrobrás e ao país com sua política privatista, como também dizimou direitos históricos dos trabalhadores. Os petroleiros sofreram ataques ao extra turno, ATS, 14x21, quinta turma, AMS, entre outros direitos, sem falar nas perseguições políticas e na tentativa de jogar a população contra a categoria, que era tratada pela mídia, como privilegiada. Com muita luta, a categoria está conseguindo resgatar no governo Lula os direitos que perderam nos oito anos em que FHC esteve no poder.

Para garantir que estas conquistas sejam preservadas e ampliadas para as próximas gerações de trabalhadores, é fundamental que os petroleiros se envolvam cada vez mais na campanha por uma nova Lei do Petróleo.



# Trabalhadores vão às ruas contra tentativa de privatização da Petrobrás



A Petrobrás, que sempre esteve na mira dos privatistas, foi novamente atacada pelos mesmos entreguistas que no passado recente tentaram sucatear e dismantelar a empresa. Liderados pelos parlamentares do PSDB e DEM, a oposição montou uma CPI para investigar supostas irregularidades tributárias, mas cuja real intenção era tentar impedir mudanças na lei do petróleo. Uma CPI capitaneada pela grande mídia e movida por interesses ideológicos e eleitoreiros. Os petroleiros reagiram, convocando os estudantes, movimentos sociais e toda a classe trabalhadora para defender a soberania nacional, desmascarando a CPI privatista.

No dia 21 de maio, cerca de cinco mil pessoas participaram de um abraço simbólico ao edifício sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, iniciando um movimento nacional que levou de volta às ruas trabalhadores e estudantes na luta pela retomada do monopólio estatal, através de uma nova lei do petróleo. Em vários estados do país, sindicatos de petroleiros e movimentos sociais realizaram atos e manifestações em defesa da soberania nacional, demonstrando para os privatistas de plantão a unidade da esquerda para fortalecer a Petrobrás enquanto empresa pública e na luta pelo controle estatal e social das reservas de petróleo e gás.

No dia 03 de junho, data anunciada pelos tucanos e demos para a ins-

**A** intenção da direita de desmoralizar o maior patrimônio público do país acabou colocando de volta nas ruas os movimentos de esquerda na luta por uma nova Lei do Petróleo

talação da CPI privatista, a FUP realizou uma ocupação pacífica do Congresso Nacional, junto com a CUT, CTB, MST, UNE e outros movimentos sociais. Para se contrapor à campa-

nha escancarada da mídia de criminalização da Petrobrás, a empresa lançou um blog *Fatos e Dados*, divulgando para o público as distorções e omissões dos veículos de comunicação em relação às informações requisitadas. A CPI privatista transformou-se em um fiasco e foi encerrada, no dia 17 de dezembro, sem nada comprovar em relação às denúncias oportunistas que motivaram a sua criação. A intenção da direita de desmoralizar o maior patrimônio público do país acabou colocando de volta nas ruas os movimentos de esquerda, impulsionando a luta em defesa de uma nova legislação que garanta o controle estatal do petróleo e uma Petrobrás 100% pública e com compromisso social.

# O petróleo tem que ser nosso e a Petrobrás, também!

Carta aberta da FUP, divulgada em 18/05/2009

A Petrobrás é uma das principais alavancas da economia nacional e por isso o PSDB quer tanto atingir a empresa, com uma CPI criada na marra. Da mesma forma como tentaram no governo FHC mudar o nome da Petrobrás para Petrobrax, os tucanos voltam a atacar sua imagem de empresa pública sólida, confiável e bem sucedida. Não se conformam em ver uma estatal dar certo e querem de todas as formas impedir que o Brasil supere, como está superando, a crise internacional. Os tucanos sabem que parar a Petrobrás é parar o país.

Também não por acaso, a CPI armada pelo PSDB surge no momento em que o governo e a sociedade discutem mudanças na Lei do Petróleo, uma das piores heranças deixadas

pelos tucanos. A descoberta do pré-sal trouxe à tona a urgência de novas regras para o setor, que foi totalmente desregulamentado nos anos 90, quando o PSDB entregou às multinacionais a exploração do nosso petróleo e gás. Os tucanos não querem que a Petrobrás nem o Estado brasileiro voltem a controlar esse patrimônio tão estratégico para o país.

Essas são as verdadeiras motivações do PSDB ao criar na calada da noite uma CPI para investigar a Petrobrás. Como não conseguiram privatizar a empresa, como fizeram com tantas outras estatais, vão tentar de tudo para retardar ao máximo possível a exploração do pré-sal e vários outros projetos da Petrobrás, cujos impactos são imensos para a economia nacional.

Por isso, precisamos nos mobilizar para

impedir que o PSDB atrase o desenvolvimento do país, tentando paralisar a Petrobrás. Como nos anos 40 e 50, quando o povo colocou nas ruas a campanha **O petróleo é nosso**, que culminou na criação da Petrobrás, os movimentos sociais estarão de prontidão para defender o maior patrimônio da nação brasileira. A Petrobrás é fundamental para o crescimento do país, movimentando a economia, gerando empregos e fazendo do Brasil uma potência mundial na produção de petróleo e gás e no desenvolvimento de tecnologias de ponta. Os brasileiros não permitirão que essa empresa, que tanto orgulha a nação, seja prejudicada e utilizada politicamente pelo PSDB para inviabilizar os principais investimentos do país. Parar a Petrobrás é parar o Brasil!

## CPI da Petrobrás: o que tem lá no fundo

Artigo do presidente da CUT nacional, Artur Henrique, publicado em 25/05/2009

É revoltante assistir velhos personagens do PSDB e do ex-PFL falarem em "moralidade", "comportamento republicano" e outros valores que eles sempre foram pródigos em pisotear. Há muitos mecanismos de fiscalização e controle sobre as empresas, privadas ou públicas. Mecanismos de Estado e até mesmo de mercado, importantes para apurar possíveis desvios e corrigi-los se houverem. Defendemos a intensificação desses instrumentos e da efetividade deles.

A Petrobrás, por ter maioria acionária pertencente à União, deve mesmo prestar contas de sua gestão, com maior rigor até que outras corporações, a título de exemplo e para fazer valer seu papel social em todos os momentos. A CUT sempre defendeu isso e acredita inclusive que deve haver participação social direta na gestão, com a presença de representantes eleitos pelos trabalhadores e pelos demais setores produtivos.

Que fique claro de uma vez. Tem de haver controle, mas não pode ser o controle do PSDB e do ex-PFL. A instalação da CPI - que o próprio ex-PFL achava precipitada, ligeira demais - tem evidente conotação eleitoral, e todos pelas ruas sabem disso. Dentre os objetivos inconfessáveis da oposição, o que mais aparece é a tentativa de inviabilizar o governo Lula.

Outras intenções perversas ainda não são tão evidentes assim. O papel dos movimentos sociais é trazer essas razões para a superfície, através das mobilizações que já iniciamos a partir

da última quinta, no Rio de Janeiro.

Quais essas razões? Os movimentos sociais e os partidos de esquerda estão elaborando propostas e pressionando o governo federal para a implementação de uma nova lei do petróleo, que acabe com os leilões para exploração das jazidas e especialmente para garantir que as imensas riquezas da camada pré-sal sejam geridas por um fundo social soberano. Através desse fundo, parte expressiva dos resultados financeiros da comercialização do petróleo seria destinada para programas e políticas públicas de educação, combate à pobreza, cultura, saúde, infraestrutura, pesquisa, segurança e outras, destinadas ao pagamento da dívida social existente em nosso país.

Com a possibilidade cada vez maior de nascer um novo marco regulatório com essas características, a CPI, detonada a partir de denúncias que os mecanismos de controle podem facilmente resolver, é uma iniciativa oportunista de implodir uma mudança de tamanha monta.

Assim, a oposição espera manter tudo como está, com a vigência da legislação criada no governo FHC e que permite a multinacionais e ao capital especulativo continuar se apropriando das reservas brasileiras. Lembremos que a fonte de energia representada pelo petróleo é cada vez mais escassa no mundo, especialmente nos países do Hemisfério Norte. Segundo dados apresentados em nosso Seminário Energia, Desenvolvimento e Soberania, realizado ano passado, os Estados Unidos têm reservas pró-

prias para mais quatro anos, no máximo. O PSDB e o ex-PFL, artificios da privatização tresloucada dos anos 1990, portam-se como a 4ª Frota estadunidense, que passou a lançar olhares ameaçadores sobre nossa costa assim que foi anunciada a descoberta do pré-sal, quando a era Bush começava a naufragar.

Além de querer minar possibilidades de futuro, a oposição não hesitará em causar a interrupção de obras que têm investimentos da Petrobrás. Há muitos projetos, seja no âmbito do PAC ou não, com investimentos vindos dessa estatal. Se a CPI se degenerar totalmente, pode comprometer desde já obras essenciais para o desenvolvimento regional e nacional. Num cenário de crise internacional e sendo a Petrobrás o maior investidor do país - 92% de todos os investimentos puxados por estatais e com desembolso maior que a própria União - a oposição quer fazer o Brasil patinar em meio à crise.

Agora, através de ações na mídia, tentam vincular nossas mobilizações a patrocínios ou convênios que os movimentos sociais receberam da empresa. Esquecem de dizer que entidades empresariais, incluindo a mídia, e ONGs ligadas à oposição também recebem esse tipo de investimento, algo comum a uma empresa do porte da Petrobrás. De nossa parte, podemos dizer com tranquilidade que todas as ações da CUT Nacional em parceria com qualquer empresa ou órgão do governo foram realizadas e suas prestações de contas aprovadas pelos órgãos controladores.

# A crise do capital e a resistência da classe trabalhadora



O ano de 2009 começou sob a pressão e reflexos da crise financeira internacional, que colocou em xeque as concepções neoliberais de redução do Estado. De forma oportunista, os empresários se aproveitaram da turbulência mundial para demitir e cortar direitos, tentando impor à classe trabalhadora o ônus da crise do capital. Já em janeiro, no IX Fórum Social Mundial, em Belém, a CUT reage e lança a campanha "Querem lucrar com a crise, a classe trabalhadora não vai pagar essa conta".

Na Petrobrás e empresas prestadoras de serviço, os petroleiros se mobilizam contra flexibilização e cortes de direitos, descumprimento de acordos e ameaças de demissão. A FUP indica atos e mobilizações, que culminam em março com a greve nacional de cinco dias.

Aliando greves nas fábricas, mobilizações nas ruas e pressão junto aos governantes e empresários, a CUT tenta reverter as demissões e brecar as reduções de direitos e salários impostos pela iniciativa privada, tendo à frente a Fiesp. A luta surte efeito com ampliação do orçamento das políticas pú-

**N**a Petrobrás e empresas prestadoras de serviço, os petroleiros se mobilizam contra flexibilização e cortes de direitos, descumprimento de acordos e ameaças de demissão.

blicas e investimentos em infra-estrutura, como as obras do PAC, gerando empregos e movimentando o setor produtivo do país. Também fruto da pressão da CUT, os empréstimos públicos à iniciativa privada passam a ser, obrigatoriamente, acompanhados de contrapartidas sociais, com manutenção de empregos e direitos, além do cumprimento dos acordos firmados com as enti-

dades dos servidores públicos.

A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários, passa a ser a principal bandeira de luta das jornadas nacionais, promovidas em conjunto com as demais centrais sindicais e movimentos sociais, como o MST. A FUP e seus sindicatos intensificam a luta para que a Petrobrás e empresas do setor privado reduzam a jornada dos terceirizados, gerando mais postos de trabalho.

A 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, realizada em 11 de novembro de 2009, levou à Brasília 50 mil manifestantes, se consolidando na maior e mais importante mobilização de massa do Brasil. A CUT esteve presente, com mais de 30 mil eram militantes, entre eles petroleiros de vários estados do país. A crise financeira no Brasil não teve a intensidade que os 'profetas capitalistas do apocalipse' previam. O país fechou o ano com mais 1,5 milhão de brasileiros inseridos no mercado de trabalho. As lutas travadas pela CUT ao longo de 2009 reforçaram que a saída para a crise é o crescimento econômico com valorização do trabalho, distribuição de renda, inclusão social e participação popular.

# É o Estado!

Artigo do sociólogo Emir Sader, publicado em 17/11/2009

Todo o extenso debate político e ideológico das últimas décadas tem o Estado como centro. Mesmo quando se tenta excluí-lo, ele volta como convidado de pedra, como sujeito oculto, que se buscou tornar invisível. O período histórico atual foi aberto com o triunfo do diagnóstico neoliberal de que a economia tinha se estagnado pelas excessivas regulamentações impostas pelo Estado.

Segundo esse diagnóstico, o Estado, de indutor do crescimento econômico, teria se tornado um obstáculo; de solução, teria se transformado no centro da crise. Daí a proposta de quanto menos Estado, mais crescimento econômico, da passagem de um Estado regulador a um Estado mínimo, que na prática abria caminho para se ter mais mercado.

Daí que o Estado tenha sido diabolizado, transformado na vítima privilegiada dos ataques do consenso neoliberal, de que o governo FHC foi uma expressão clara. Ajuste fiscal, privatizações, menos recursos para políticas sociais, arrocho salarial do funcionalismo, dispensas de empregados públicos - tudo na direção de rebaixar fortemente o peso do Estado na economia e nas

políticas públicas, intensificar as desregulações, assim como a abertura acelerada da economia ao mercado internacional.

O que centralmente foi atacado no Estado é seu poder regulador que, segundo os neoliberais, afugentaria os investimentos privados. Menos regulamentações, maior liberdade de circulação para o capital e, segundo eles, maior crescimento econômico, com consequências positivas para todos, inclusive para os trabalhadores, com maior criação de empregos.

No entanto, esse diagnóstico se revelou equivocado, não foi isso que aconteceu na prática, as economias não cresceram. O que se deu foi uma brutal transferência de recursos dos setores produtivos para o setor especulativo, onde o capital - que não foi feito para produzir, mas para acumular, mesmo que seja na especulação financeira - ganha mais, pagando menos impostos e com liquidez total. As taxas de juros continuam a recompensar o capital especulativo com remunerações que nenhum outro investimento possibilita. Assim, menos Estado e menos regulamentação significou mais especulação e mais concentração de renda.

Mesmo assim, os setores neoliberais não repudiam todas as atividades estatais. Querem menos impostos, menos gastos com políticas sociais e funcionários públicos, mas seguem demandando créditos, subsídios, isenções e todo tipo de facilidades ao Estado. Esse lado do Estado lhes interessa. Financeirizaram o Estado, que passou a transferir renda do setor produtivo e da cidadania ao capital financeiro, mediante os chamados superávits fiscais, que reservam o fundamental da tributação para pagar as dívidas do Estado.

Um governo antineoliberal - que vai na direção do pós-neoliberalismo -, ao contrário, retoma funções clássicas do Estado, de indutor do crescimento econômico, de financiador da expansão econômica, de agente das políticas sociais, de regulador das relações econômicas, de zelador da soberania nacional, entre outras funções. Cria e alimenta mecanismos que induzem o investimento produtivo, cobrando que dirija parte substancial da sua produção ao mercado interno de consumo popular, com obrigatoria geração sistemática de empregos.



# A greve na Replan e a campanha nacional pelo restabelecimento do extra turno



No início de março, os trabalhadores da Replan, em Paulínia, realizaram uma greve de sete dias pelo pagamento do extra turno para os petroleiros admitidos após 1999. A Petrobrás cortou este direito, pagando a dobradinha somente para os trabalhadores do turno que foram contemplados em 1999 pela ação do sindicato, que garantiu na Justiça a manutenção deste direito na Replan. A greve contou com a solidariedade dos petro-

leiros da Recap, em Mauá, que também pararam por 24 horas, dos trabalhadores terceirizados da Replan, além de outras bases do Sindipetro Unificado-SP.

Nacionalmente, os petroleiros atenderam o indicativo da FUP e também realizaram várias mobilizações pelo país afora, reforçando a luta pelo extra turno e demais direitos da categoria. A greve da Replan foi o estopim para a deflagração da

greve nacional de cinco dias que os petroleiros realizaram no final de março e que conquistou o pagamento do feriado de Primeiro de Maio. A luta pelo restabelecimento da dobradinha continuou ao longo do ano, com paralisações no turno a cada feriado. Na campanha reivindicatória, as mobilizações se intensificaram e os petroleiros conquistaram mais 20 horas extras referentes aos feriados do Carnaval.

## Greve na Replan mostra o caminho

Reportagem da edição 611 do jornal Petroleiros-SP - 09/03/2009

Os sinais de cansaço nos rostos, a pele queimada de sol, as olheiras das noites mal dormidas. Se a greve deixou nos trabalhadores e trabalhadoras e nos diretores (as) do Sindicato marcas de desgaste nos corpos, deixou a alma lavada e com a certeza do dever cumprido: o campo de batalha, a enorme refinaria de Paulínia, se tornou por uma semana o acampamento de centenas de

trabalhadores que se revezavam dia e noite para manter a greve.

Logo no domingo, primeiro dia de greve, percebeu-se que o movimento seria tenso, com a Petrobrás tentando de tudo para desmobilizar a luta. A equipe da resistência, composta por dirigentes do Unificado de todas as bases, da FUP e de sindicatos companheiros revezaram durante toda a tarde e noite para evitar que

os fura-greve de sempre se rastejassem para dentro da Refinaria.

Por volta das 23h30 os primeiros ônibus do turno da zero hora começaram a chegar e imediatamente os trabalhadores se postaram do lado de fora das portarias. Tinha início a greve de sete dias pelo cumprimento judicial de garantir o pagamento do extra-turno para os admitidos após 1999.

# A greve de março e a reconstrução da unidade nacional

No final de março, os trabalhadores do Sistema Petrobrás pararam por cinco dias suas atividades em todas as bases da FUP e também em várias unidades dos sindicatos dissidentes. A greve nacional dos petroleiros teve repercussão em todo o país e no exterior, ressaltando a resistência da categoria a ataques e cortes de direitos. Além de unificar os trabalhadores na luta, a greve de março garantiu conquistas importantes, como a dobradinha do Primeiro de Maio, acordo único de PLR para todos os trabalhadores do Sistema e avanços em relação à segurança e manutenção dos postos de trabalho dos terceirizados.

## A unidade deu o tom!

Reportagem da edição 888 do boletim Primeira Mão -30/03



É na greve que medimos a força e a organização de uma categoria. Não é à toa que os petroleiros são referência de luta. Os petroleiros não se calam diante de ataques e ameaças. Se ainda havia algum gerente da Petrobrás que tinha dúvidas sobre isso, teve que engolir a seco a reação nacional da categoria. A adesão dos trabalhadores do setor privado foi fundamental para garantir o sucesso do movimento. Mais uma vez, ficou nítida a força que esses companheiros têm no Sistema Petrobrás.

Foi bonito de ver a garra, a coragem e o orgulho com que os petroleiros e petroleiras protagonizaram mais uma luta em defesa de seus direitos e saíram dela vencedores. Nestes cinco dias de greve, a unidade foi novamente fundamental para fazer a luta avançar, construir conquistas e selar o compromisso de classe e solidariedade, que confundem-se com a própria história dos petroleiros.

A greve reunificou a categoria e abalou os gestores da Petrobrás que não acreditavam na força do movimento. Os

trabalhadores enfrentaram as gerências, resistiram à pressão da família, deixaram de lado diferenças e mantiveram-se firmes na luta por seus direitos. Dos mais antigos aos recém chegados na empresa, cada petroleiro e petroleira que participou deste momento histórico sabe o quanto a unidade foi fundamental para garantir a vitória da greve.

Em todas as 17 bases sindicais, os trabalhadores do Sistema Petrobrás fizeram desta greve a vitória da unidade, comprovando que, juntos, sempre podemos mais.

# Os excessos das gerências

Mais uma vez, as gerências da Petrobrás reagiram ao direito constitucional de greve com truculência e autoritarismo.

Os tais "excessos" da greve foram cometidos, sim, mas pelas gerências.

Foi ou não foi excesso desrespeitar decisões judiciais, "capturar" trabalhadores em casa, cortar a comunicação, distribuir cartas de demissões, atropelar dirigentes e militantes sindicais e tantas outras arbitrariedades?

As gerências tentaram de tudo para impedir a greve, de cárcere privado a intimidações policiais e ameaças de punição. Os trabalhadores resistiram bravamente às pressões e coações que sofreram durante os cinco dias de greve. Já as gerências... quanto despreparo e desequilíbrio...



# Interditos proibitórios: ataque à organização sindical

Se na greve de 1995, a Petrobrás recorreu ao exército para retirar à força os trabalhadores das refinarias, ultimamente tem recorrido a um instrumento menos ostensivo, porém tão autoritário quanto tanques e metralhadoras. Os interditos proibitórios que a empresa tem se utilizado nas greves recentes da categoria, para obrigar os petroleiros a desocuparem seus locais de trabalho, são na verdade uma medida judicial de afirmação do direito de propriedade, muito usada pelos latifundiários para impedir as ações do MST.

Além de atentar contra as organizações sindicais e atropelar os princípios da democracia e liberdade constitucional, a forma coercitiva com que a Petrobrás se utiliza dos interditos proibitórios coloca em risco também a segurança operacional das unidades e, conseqüentemente, a vida dos trabalhadores.



# Petrobrás coloca produção acima da segurança

A cena se repetiu por todo o Brasil. Fosse nas plataformas, refinarias, terminais, campos de produção, qualquer área operacional da Petrobrás, não importava o risco, a ordem das equipes de contingência era manter a produção a qualquer custo. Relatos chegavam à FUP de todos os cantos do país sobre a insegurança das unidades, de-

vido ao despreparo dos gerentes, supervisores e coordenadores que assumiram a operação no lugar dos trabalhadores. Na P-48, na Bacia de Campos, a equipe de contingência ficou pendurada na lateral da plataforma, presa em um bote de resgate.

Refinarias, terminais e plataformas foram operadas por efetivos de contingên-

cia reduzidos, que permaneceram por mais de 72 horas nas unidades. Os riscos de acidentes físicos e ambientais em nada abalaram a gestão da Petrobrás. O que importava de fato para a empresa era manter a produção. E ainda há quem ache que foram os trabalhadores quem cometeram "excessos" durante a greve.



# Greve reforçou importância da reconstrução da unidade

Editorial da edição 889 do boletim Primeira Mão – 07/04

Após a divisão imposta pelas direções sindicais que se desfiliam da FUP, os petroleiros viveram na greve de março uma experiência que foi decisiva para a vitória do movimento: a reunificação. Durante cinco dias, as lideranças sindicais e os trabalhadores estiveram unidos, deixando de lado divergências políticas, para buscarem na luta e na negociação conjunta com a Petrobrás o atendimento dos pleitos da categoria. Foi a primeira greve de muitos petroleiros e petroleiras, que não tinham ainda passado por essa experiência no Sistema Petrobrás. Alguns sequer haviam feito uma greve antes. A unidade e a solidariedade fortaleceram a luta, estimulando os trabalhadores a

aderirem ao movimento, inclusive os terceirizados.

A Petrobrás, que aproveita-se da divisão da categoria para se fortalecer na relação capital x trabalho, ficou acuada diante de um movimento forte e coeso em todo o Brasil. Para se contrapor aos trabalhadores, a empresa partiu para o ataque, se utilizando de interditos proibitórios para retomar as unidades onde os petroleiros controlavam a produção. No quarto dia da greve, muitos dos terminais e áreas de E&P que estavam ocupados pelos trabalhadores foram recuperados pela Petrobrás. Naquele momento, os dirigentes da FUP sabiam que só a unidade e a resistência da categoria arrancariam

da empresa uma proposta vitoriosa. E foi o que aconteceu.

A greve, portanto, deixou lições e desafios importantes para os petroleiros e as lideranças sindicais. O controle da produção e a reunificação da categoria são fundamentais no embate com a empresa e uma coisa está diretamente ligada à outra. Portanto, é chegada a hora dos trabalhadores seguirem os rumos apontados pela greve e reconstruírem a unidade nacional. A trajetória das organizações sindicais petroleiras em busca da unificação da categoria levou à construção da FUP no início dos anos 90 e é novamente, através da Federação, que os petroleiros devem retomar a unidade.

## Petroleiros reafirmam unidade na FUP

Editoriais das edições 922 e 918 do boletim Primeira Mão – 11/12 e 12/11 de 2009, respectivamente

Os petroleiros, mais uma vez, reafirmaram nas lutas de 2009 que a FUP continua sendo a entidade que unifica a categoria. Mesmo nas bases dos sindicatos dissidentes, a unidade em torno dos indicativos da Federação prevaleceu durante as campanhas reivindicatórias e por uma nova lei do petróleo. Os trabalhadores deixaram claro que o projeto político dos divisionistas não interessa a categoria. Por conta da divisão imposta por essas direções sindicais, os petroleiros das bases dissidentes tem sido aliados do debate nacional da pauta de reivindicações, entre outras deliberações dos fóruns da FUP, que refletem em toda a categoria.

“A verdadeira unidade é fortalecer a organização dos trabalhadores”, tem reafirmado a Federação aos seis sindicatos dissidentes. No entanto, a convocatória de unidade feita pela FUP tem sido ignorada pelos dirigentes destas entidades, cuja postura continua sendo dividir a categoria. A divisão só tem servido para fortalecer a Petrobrás. Os equívocos e inconseqüências dos dissidentes, também. Chamam a FUP para a unidade, mas continuam incentivando a divisão, com ataques e acusações levianas contra a Federação. Propõem calendários de luta unificados,



mas até agora não somaram-se às mobilizações apontadas pela FUP, como as paralisações surpresa e a luta pelo extra turno.

Como se não bastasse tudo isso, os sindicatos dissidentes ainda atribuem à Federação os fracassos de suas estratégias equivocadas. Se os trabalhadores rejeitam seus indicativos de greve, a culpa é da FUP. Se a Petrobrás se nega a avançar na negociação, a culpa é da FUP. Enquanto isso, o padrão deita e rola.

A Federação é a única entidade que é referência nacional dos petroleiros e

assim continuará sendo, pois foi construída coletivamente para unificar as reivindicações e lutas dos trabalhadores, respeitando as deliberações de seus fóruns democráticos. Seja na condução do processo de negociação com a Petrobrás e suas subsidiárias, na construção das greves e mobilizações, na articulação política com os movimentos sociais por uma nova lei do petróleo, a FUP está sempre à frente das lutas da categoria. Fortalecer a FUP é fortalecer a categoria petroleira na luta por mais e maiores conquistas.

# A luta pela reversão das punições: “Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo”

A Petrobrás descumpriu o que havia acordado com os trabalhadores na greve de março e puniu de forma arbitrária e covarde cerca de 90 petroleiros da Bacia de Campos que participaram do movimento. Sem direito de defesa ou sequer ser ouvidos pela empresa, os trabalhadores foram punidos com suspensões, advertências e transferências

impostas pelas gerências, numa clara atitude de perseguição política e desrespeito ao direito de greve. A categoria reagiu e, de forma contundente, deliberou na I Plenafup que a reversão das punições seria ponto condicionante para o fechamento da campanha reivindicatória. “Com punição, não tem acordo”, referendaram os trabalhadores em to-

das as assembleias. A Petrobrás não avançou nesta questão e levou a negociação do ACT para um impasse que só foi resolvido após gestões políticas da FUP junto ao presidente Lula e à diretoria da empresa. Com resistência e solidariedade, os petroleiros garantiram a anistia das punições, uma das principais vitórias da campanha.

## Mobilização e solidariedade!

Editoriais das edições 921 e 920 do boletim Primeira Mão – 02/12 e 26/11/2009

O cancelamento das punições é uma conquista política importantíssima para cada petroleiro e petroleira. A Petrobrás colocou em xeque o direito de greve, a autonomia de mobilização dos trabalhadores e a sua liberdade de organização. A FUP deixou claro que punição não se negocia. Punição é inaceitável. O cancelamento das punições é uma conquista política importantíssima para cada petroleiro e petroleira. A Petrobrás colocou em xeque o direito de greve, a autonomia de mobilização dos trabalhadores e a sua liberdade de organização. A FUP deixou claro que punição não se negocia. Punição é inaceitável.

O movimento sindical petroleiro tem como uma das principais marcas a solidariedade de classe. Jamais abandonamos nossos lutadores. Foi assim na greve de 2001, quando os trabalhadores unidos reverteram as punições.

Foi assim com os demitidos nas greves de 1994 e de 1995. Enfrentamos os canhões do exército na mais longa greve da história da categoria. Reagimos às demissões e punições de companheiros e lutamos contra as intervenções nos sindicatos.

Foi assim em 1991, quando Collor anunciou centenas de demissões e, mais uma vez, os petroleiros reagiram e “seguraram” o acordo coletivo até reverter a situação.



Tem sido assim sempre que somos atacados, como ocorreu diversas vezes durante os governos neoliberais e a ditadura militar.

Não seria diferente agora, em um governo popular, que tanto tem feito pela anistia. É inadmissível que o presidente Lula permita punições políticas na empresa que é a locomotiva do projeto nacional de desenvolvimento social e econômico. Um governo de trabalhador não pode aceitar que gerentes neoliberais punam trabalhadores por lutar por direitos coletivos. A anistia das punições é uma vitória que extra-

pola a categoria petroleira, pois está no contexto da disputa ideológica entre capital e trabalho; peão e gerente; opressor e oprimido. A resistência e a solidariedade da categoria foram fundamentais para frear a campanha assediada das gerências, que tentaram criminalizar os trabalhadores por lutarem pelo coletivo e seguirem os indicativos de seus sindicatos. A reversão das punições é uma vitória que extrapola a categoria petroleira, pois está no contexto da disputa ideológica entre capital e trabalho; peão e gerente; opressor e oprimido.

# As lutas por ampliação de direitos e melhores condições de trabalho

Os petroleiros consagraram na campanha reivindicatória vitórias políticas importantes para as futuras lutas da categoria. O Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011, conquistado no processo de negociação conduzido pela FUP, vale para todas as bases, inclusive as dos sindicatos dissidentes. As vitórias políticas, também. Os trabalhadores reafirmaram a autonomia de mobilização e organização da categoria e avançaram na recuperação de um direito histórico que foi usurpado pelos tucanos e demos: o pagamento das horas extras dos feriados trabalhados no turno.

As conquistas sociais e os ganhos econômicos garantidos pela FUP foram reconhecidos pela categoria nas assembleias que aprovaram o Acordo Coletivo.



Em seis estados do país, a aprovação chegou a ser por mais de 90% dos votos. O Acordo foi aprovado também nas

bases dos sindicatos dissidentes, cujas direções indicaram a rejeição, mas foram atropeladas pelos trabalhadores.

## A complexidade da negociação

Editorial da edição 921 do boletim Primeira Mão – 02/12/2009

Na avaliação da direção da FUP, a campanha reivindicatória de 2009 foi a negociação mais difícil dos últimos anos. A Petrobrás se manteve o tempo todo resistente em resolver as punições decorrentes da greve de março, que era condicionante para o fechamento do acordo. A empresa também tentou reduzir às questões econômicas a pauta da categoria, negando, até o último instante, avanços importantes nas reivindicações sociais, que têm validade de dois anos no acordo coletivo de trabalho. Na avaliação da direção da FUP, esta campanha reivindicatória foi a negociação mais difícil dos últimos anos. A Petrobrás se manteve o tempo todo resistente em resolver as punições decorrentes da greve de março, que era condicionante para o fechamento do acordo. A empresa também tentou reduzir às questões econômicas a pauta da categoria, negando, até o último instante, avanços importantes nas reivindicações sociais, que têm validade de dois anos no acordo coletivo de trabalho.

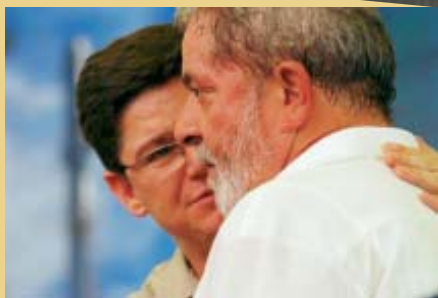
É bom frisar que a pauta dos trabalhadores, que foi negociada em sua íntegra pela FUP, tinha 191 cláusulas, divididas em 11 capítulos. Reivindicações referentes a salários; vantagens; benefícios; segurança no emprego; planejamento, recrutamento, seleção e movimentação de pessoal; condições de trabalho; segurança industrial e saúde ocupacional; inovações tecnológicas; relações sindicais; outras disposições e abrangência. Uma negociação, portanto, complexa. Nos três meses de campanha, a FUP participou de 13 reuniões com a Petrobrás, em um total de 58 horas de negociação, que resultaram na apresentação de quatro contrapropostas.

A mobilização dos trabalhadores foi fundamental para fazer a empresa avançar. Seguindo os indicativos da FUP, os petroleiros fizeram vigílias, operações padrões, suspensão de PTs, cortes na rendição de turnos, atos, atrasos e as mais diversas manifestações, ao longo destes três meses. A intervenção política dos dirigen-

tes da FUP junto ao presidente Lula e à diretoria executiva da Petrobrás também foi essencial para arrancar da empresa a quarta contraproposta. Neste sentido, foi decisivo o papel da Federação na luta por uma nova lei do petróleo. A mobilização dos trabalhadores foi fundamental para fazer a empresa avançar. Seguindo os indicativos da FUP, os petroleiros fizeram vigílias, operações padrões, suspensão de PTs, cortes na rendição de turnos, atos, atrasos e as mais diversas manifestações, ao longo destes três meses. A intervenção política dos dirigentes da FUP junto ao presidente Lula e à diretoria executiva da Petrobrás também foi essencial para arrancar da empresa a quarta contraproposta. Neste sentido, foi decisivo o papel da Federação na luta por uma nova lei do petróleo.

Outro diferencial desta campanha foi o protagonismo dos sindicatos, definindo, coletivamente, no Conselho Deliberativo da FUP os encaminhamentos em relação ao processo de negociação e as mobilizações.

# Quem luta conquista!



# A unidade fortalece!



# Petroleiros vão à luta por condições seguras de trabalho para todos!

O ano começou com um acidente no Espírito Santo, que tirou a vida de um trabalhador terceirizado, que atuava na P-34, primeira plataforma a extrair óleo do pré-sal. A luta por condições seguras de trabalho no Sistema Petrobrás marcou as principais mobilizações da FUP em 2009 e continuará pautando a categoria em todas as campanhas e mobilizações. Os acidentes de trabalho mataram cinco petroleiros em 2009. Todos eles terceirizados. Só em novembro, foram três acidentes fatais seguidos. O número de vítimas chegou a 196 nos últimos dez anos, das quais 164 eram trabalhadores terceirizados. Mortes anunciadas, que poderiam ter sido evitadas, se a direção da Petrobrás priorizasse as reivindicações da FUP e seus sindicatos, que têm insistentemente cobrado mudanças estruturais nas políticas de terceirização e de segurança. Quando não matam, os acidentes mutilam, queimam, perfuram, eletrocutam. Se escapam desta barbárie, os trabalhadores ainda correm o risco de engrossar a lista dos que adoecem, devido à exposição a agentes químicos e nocivos.



## Por que a Petrobrás não prioriza o SMS?

*Editorial publicado na edição especial SMS do boletim Primeira Mão – 28/04/2009*

Alterar a política de SMS da Petrobrás e garantir aos petroleiros próprios e terceirizados um ambiente de trabalho seguro e focado na prevenção dos riscos. Esta tem sido uma luta constante da FUP, cujo enfrentamento extrapola os fóruns de negociação com a empresa. O Direito de Recusa, por exemplo, foi conquistado na luta, após a greve de cinco dias em outubro de 2001.

A retomada dos concursos públicos para recomposição dos efetivos próprios, também. A participação dos sindicatos nas comissões de investigação de acidentes, os estudos de efetivos nas unidades, algumas mudanças na política de contratação são conquistas importantes arrancadas na mesa de negociação, graças à pressão da mobilização da categoria.

Esses avanços, no entanto, não foram capazes de impulsionar uma nova

política de SMS. As diretrizes de saúde e segurança da Petrobrás continuam em descompasso com as reais necessidades do petroleiro. As mortes, mutilações e doenças ocupacionais tornaram-se crônicas. A subnotificação de ocorrências se alastrou, contaminando não só os gestores, como o próprio trabalhador. As metas de produção e crescimento da companhia transformaram as Permissões de Trabalho em riscos potenciais de acidentes, principalmente para os terceirizados.

Para alterarmos esta realidade, é preciso envolvimento e compromisso diário de cada trabalhador. Por isso, a FUP orientou os sindicatos a denunciarem aos órgãos públicos todos os acidentes fatais ou com lesão corporal, responsabilizando criminalmente os gestores da Petrobrás. É importante que os petroleiros priorizem a segurança no

seu dia-a-dia, denunciando aos sindicatos e à Federação qualquer ocorrência que possa se transformar em risco potencial, como pequenos incidentes que rotineiramente são omitidos - vazamentos, falhas operacionais, problemas de manutenção, etc.

A política de gestão do SMS continua baseada no ultrapassado conceito de ato inseguro, desviando o foco do ambiente de trabalho ao transferir para a chamada falha humana a responsabilidade da empresa em garantir a segurança e a saúde do trabalhador.

Por isso, é fundamental que os petroleiros denunciem toda e qualquer ocorrência em sua unidade, para que possamos desmontar esta lógica, pondo fim à omissão dos gestores da Petrobrás. É lutando que conquistaremos uma política de SMS atendida com o chão da fábrica.

# Trabalho igual, direitos iguais!



Uma das principais lutas da FUP em 2009 foi por mudanças na política de terceirização da Petrobrás. Os petroleiros intensificaram a pressão para que a estatal altere o seu modelo de contratação, que é baseado no menor preço, o que leva as prestadoras de serviço a reduzirem custos através dos trabalhadores, flexibilizando e cortando direitos e salários.

A luta por igualdade de condições de trabalho e segurança para os terceirizados esteve também presente nas principais mobilizações e greves reali-

zadas pela FUP e seus sindicatos. Uma das mais emblemáticas mobilizações ocorreu na Repar, no Paraná, onde cerca de 10 mil trabalhadores das obras de manutenção da refinaria e da Fosfertil realizaram em julho uma greve de 17 dias, organizados pela CUT e pela FUP em um movimento unitário que envolveu seis diferentes entidades sindicais na negociação com 31 empresas. Os trabalhadores resistiram ao assédio dos patrões e às práticas antissindicais da Petrobrás, que chegou, inclusive, a en-

trar com interdito proibitório contra as organizações sindicais.

Os petroleiros do setor privado também realizaram greves por melhores condições de trabalho e salários na Regap (Minas Gerais), Replan (Paulínia/SP) e nas áreas de produção da Petrobrás no Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia, entre outras unidades do Sistema. As mobilizações foram fundamentais para fazer as empresas avançarem nos acordos coletivos negociados com a FUP e seus sindicatos.

## 133 mil jovens e adultos alfabetizados pelo Mova Brasil

Em junho deste ano, foi concluída mais uma etapa do MOVA Brasil, projeto social que tem a FUP como parceira, junto com o Instituto Paulo Freire e a Petrobrás. Nos últimos seis anos, 133 mil jovens e adultos, de 16 a 29 anos, foram alfabetizados pelo MOVA Brasil em vários estados do país. Em 2009, foram 32 mil brasileiros que saíram do analfabetismo, com o empenho dos sindicatos da FUP e das oposições reconhecidas pela Federação. A maioria deles são jovens das periferias das capitais e cidades do interior do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde foram instaladas 1.325 turmas de alfabetização em 2009.



## Mais 88 anistiados de volta à Petrobrás

Após 19 anos de luta árdua e incansável por justiça, os trabalhadores da Petroflex e Nitriflex (empresas que pertenciam ao Sistema Petrobrás), que foram sumariamente demitidos no governo Collor, começaram a ter suas anistias reconhecidas. Dos 180 anistiados que lutam por seus empregos de volta, 88 já tiveram os nomes publicados em Diário Oficial para retorno à Petrobrás. A FUP garantiu na campanha reivindicatória o compromisso da empresa em agilizar os procedimentos internos para admissão imediato dos anistiados.

O retorno dos petroleiros anistiados tem sido bandeira da Federação em todas as campanhas reivindicatórias. Mais de 1.100 tiveram seus empregos de volta nos últimos anos. Uma luta que envolveu organização sindical, mobilizações nas bases, articulação política e ações incisivas da FUP nos processos de negociação com a Petrobrás.



## Unidade garante conquistas para trabalhadores da TBG e termoeletricas

A unidade da classe trabalhadora no Sistema Petrobrás fortalece as lutas e amplia as conquistas. Este ano, a FUP e os sindicatos consolidaram a extensão do Acordo Coletivo de Trabalho para os petroleiros da TBG - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil, subsidiária da Petrobrás que tem mais de 40% de suas ações com o setor privado. Na greve de março, a Federação já havia garantido que os trabalhadores da TBG, Refap e Petroquisa recebessem os mesmos valores pagos pela Petrobrás para a PLR, apesar destas empresas terem fechado o ano de 2008 com prejuízos. A FUP também conquistou junto à Diretoria de Gás e Energia a extensão da PLR para os 192 trabalhadores das oito termoeletricas controladas pela Petrobrás. Os trabalhadores são, em sua grande maioria, representados pelos sindicatos de eletricitários. Essas vitórias consolidam a luta da FUP pela igualdade de direitos para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás. Conquistas que só são possíveis devido à organização sindical da categoria, que tem por princípio a unidade nacional.





# Petroleiros e MST: trajetórias de lutas conjuntas em defesa da soberania nacional



Em 2009, petroleiros e trabalhadores rurais consolidaram uma aliança de luta de classe e ideais, que vem sendo construída ao longo das últimas décadas. Parceiros históricos, FUP e MST protagonizaram a construção da unidade da campanha nacional “O petróleo tem que ser nosso” e estiveram lado a lado nas mobilizações em defesa da soberania, na luta por uma Petrobrás 100% estatal e pública, nas jornadas para impedir que os trabalhadores pagassem a conta da crise do capital e contra a criminalização dos movimentos sociais. Mas foi na construção da I Plenária Nacional da FUP, em um assentamento do MST no Paraná, que a aliança entre petroleiros e camponeses se fortaleceu.

Entre os dias 02 e 05 de julho, mulheres, homens e crianças, de diferen-

tes realidades, conviveram juntos, compartilhando alojamentos, refeitório, idéias e sonhos. Foi a primeira vez que um fórum nacional de trabalhadores da cidade foi realizado em um assentamento do MST. Os movimentos sociais e as organizações sindicais repercutiram a I PlenáriaFUP no Brasil e no mundo.

Um encontro histórico e emocionante, que ficará para sempre na memória de cada uma das quase 300 pessoas que participaram da plenária, entre petroleiros, camponeses, estudantes, sindicalistas, observadores, convidados, assessores e militantes. O fórum rendeu frutos importantes, tanto para os petroleiros, como para os camponeses, consolidando a unidade da classe trabalhadora na luta por soberania popular e justiça social.

**A** identidade de classe que une os trabalhadores do campo aos trabalhadores da cidade é que impulsiona a luta pela construção de um país com justiça social onde a terra e os recursos naturais e energéticos sejam utilizados em benefício da população

# “Somos todos trabalhadores”

Reportagem da edição 891 do boletim Primeira Mão – 30/04/2009

A história do MST confunde-se com a trajetória dos petroleiros rumo à unificação nacional da categoria. O Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra ocorreu em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, em uma conjuntura política de lutas pelo fim da ditadura militar e redemocratização do país. O encontro reuniu 80 trabalhadores rurais, que organizavam na época ocupações de terra em 12 estados. Ficou latente a necessidade de organização nacional dos sem terra para intensificar a luta pela reforma agrária e um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social. A ocupação foi apontada pelos trabalhadores rurais como ferramenta legítima e fundamental para a democratização da terra.

Nesta mesma época, as mobilizações operárias nas cidades refletiam o novo sindicalismo combativo que se consolidava através da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Os trabalhadores do Sistema Petrobrás também começavam a construir sua unidade nacional.

## Combater o neoliberalismo

Entre 1986 e 1988, durante a Assembleia Nacional Constituinte (que alterou a Constituição brasileira), os petroleiros e o MST realizaram lutas conjuntas em Brasília para garantir a reforma agrária, a manutenção do monopólio estatal do petróleo e a jornada de 6 horas nos turnos de revezamento. O apoio e solidariedade dos trabalhadores rurais foram novamente fundamentais nas mobilizações contra a reforma constitucional, no início dos anos 90. O MST e o então Comando Nacional dos Petroleiros (organização que antecedeu a FUP) chegaram a ocupar o Salão Verde da Câmara dos Deputados Federais para impedir a quebra do monopólio e as privatizações.

Durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL- atual DEM), o Brasil sofreu com o aprofundamento do modelo neoliberal, que ampliou a desigualdade social, criando bolsões de miséria pelo país afora. A concentração de terras aumentou, expulsando os trabalha-



dores rurais para as cidades, onde o desemprego crescia, empresas públicas eram privatizadas, a classe operária perdia direitos e a especulação financeira asfixiava a produção.

Os petroleiros e o MST enfrentaram com greves e ocupações a política neoliberal de FHC. A luta pela soberania nacional, contra os leilões de petróleo e em defesa da reforma agrária continuou ao longo do governo Lula e intensificou-se nos últimos anos, através da campanha para garantir o controle estatal e social das reservas brasileiras de petróleo e gás.

## Lutas de classe

Nestes 25 anos de existência, o MST está presente em 24 estados do

país, organizando os trabalhadores rurais. Atualmente, o movimento conta com 130 mil famílias acampadas e outras 370 mil assentadas. A identidade de classe que une os trabalhadores do campo aos trabalhadores da cidade é que impulsiona a luta pela construção de um país com justiça social, onde a terra e os recursos naturais e energéticos sejam utilizados em benefício da população. Daí, a importância política da Primeira Plenária Nacional da FUP (Plenafup) ser realizada em um assentamento do MST, consolidando, assim, a união dos petroleiros com os trabalhadores rurais na luta pela soberania nacional.

# Federação Única dos Petroleiros - FUP/CUT

## COORDENAÇÃO

João Antônio de **Moraes** - [moraes@fup.org.br](mailto:moraes@fup.org.br)

## SECRETARIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

**Marluzio** Ferreira Dantas - [marluzio@fup.org.br](mailto:marluzio@fup.org.br)

**Sinval** Gonzaga Lordelo - [sinval@fup.org.br](mailto:sinval@fup.org.br)

## SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

José Genivaldo da **Silva** - [silva@fup.org.br](mailto:silva@fup.org.br)

**Aldemir Caetano** - [caetano@fup.org.br](mailto:caetano@fup.org.br)

## SECRETARIA DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL

**Daniel** Samarate - [samarate@fup.org.br](mailto:samarate@fup.org.br)

**Ester** Bárbara da Silva - [ester@fup.org.br](mailto:ester@fup.org.br)

## SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, JURÍDICOS

### E TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

**Leopoldino** Ferreira Paula - [leopoldino@fup.org.br](mailto:leopoldino@fup.org.br)

José **Divanilton** Silva - [divanilton@fup.org.br](mailto:divanilton@fup.org.br)

## SECRETARIA DE SAÚDE, TECNOLOGIA

### E MEIO AMBIENTE

**Simão** Zanardi Filho - [simaozanardi@fup.org.br](mailto:simaozanardi@fup.org.br)

Jorge **Machado** Freitas - [machado@fup.org.br](mailto:machado@fup.org.br)

## SECRETARIA DE SEGURIDADE, APOSENTADOS

### E POLÍTICAS SOCIAIS

**Paulo César** Martin - [pc@fup.org.br](mailto:pc@fup.org.br)

Francisco Rocha Ramos, **Chicão** - [chicao@fup.org.br](mailto:chicao@fup.org.br)

## SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SETOR PRIVADO

**Anselmo** Ernesto Ruoso Júnior - [anselmo@fup.org.br](mailto:anselmo@fup.org.br)

**Ubiraney** Riberio Porto - [ubiraney@fup.org.br](mailto:ubiraney@fup.org.br)

## SINDICATOS FILIADOS

Sindipetro Amazonas

Sindipetro Ceará

Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia

Sindipetro Duque de Caxias

Sindipetro Espírito Santo

Sindipetro Minas Gerais

Sindipetro Norte Fluminense

Sindipetro Paraná/Santa Catarina

Sindipetro Pernambuco/Paraíba

Sindipetro Rio Grande do Norte

Sindipetro Rio Grande

Sindipetro Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo

2009 EM REVISTA – produzida pela Secretaria de Comunicação e Imprensa da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS FUP/CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br) Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) **Redação e Edição:** Alessandra Murteira - MTB 16763 **Projeto gráfico e diagramação:** Kamil MTB 20478 - **Fotos:** Elaine Vale, Luiz Bispo, Paulo Neves, Samuel Tosta, FUP/CUT/Sindicatos - **Estagiária de jornalismo:** Carol Cavassa

# 2010

de lutas e conquistas

Que as conquistas de 2009 sejam multiplicadas e ampliadas em 2010, através da luta e unidade da classe trabalhadora, na construção de um Brasil soberano e com justiça social.



Federação Única dos Petroleiros e sindicatos filiados